



OEA



Adriano Marcus
Brito de Assis

É Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Ex-Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.
Assessor Especial da Presidência da Conamp.
Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca-Espanha.



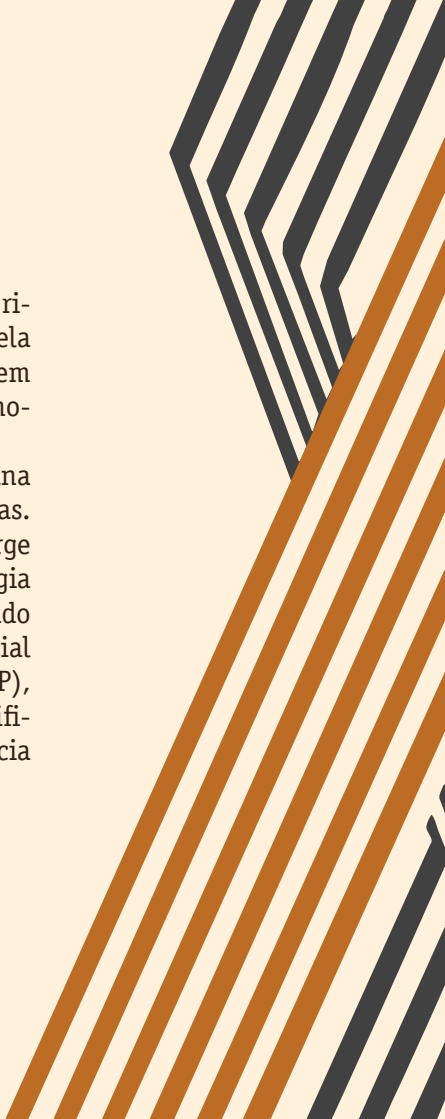
OEA



**Andrew Vanjani
Ribeiro**

É o Chief Information Officer (CIO) e Diretor de Serviços de Tecnologia da Informação da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde supervisiona todas as operações de TI e lidera iniciativas de transformação digital dentro da organização. Nascido em Washington, DC, e criado em São Paulo e Montevideú, Andrew possui ampla experiência internacional. Ele tem fortes habilidades em planejamento estratégico e a capacidade de alinhar iniciativas tecnológicas com os objetivos mais amplos da organização, gerenciando com eficácia grandes programas de modernização e transformação, com investimentos de múltiplos milhões de dólares, em ambientes geograficamente dispersos.

Andrew ocupou cargos executivos-chave em TI, prestando apoio tanto ao setor privado quanto a órgãos do setor público dos Estados Unidos (como a Casa Branca, a GSA e o Estado de Maryland, entre outros), onde gerenciou com sucesso orçamentos operacionais e de capital superiores a 100 milhões de dólares.



Sua liderança é marcada pelo compromisso com a integridade, pela promoção de uma cultura de inovação e pela busca contínua de melhorias operacionais que reduzem custos, mantendo elevados padrões de segurança e aprimorando a experiência da força de trabalho.

Andrew possui um MBA pela University of North Carolina at Chapel Hill, em parceria com a Fundação Getulio Vargas. Também é mestre em sistemas de informação pela George Washington University e bacharel em gestão de tecnologia da informação pela University of Maryland. É certificado como Profissional em Governança de Inteligência Artificial (AIGP), Profissional em Gerenciamento de Projetos (PMP), ITIL Expert e Scrum Master, além de diversas outras certificações do setor nas áreas de análise de dados, inteligência artificial e orçamentação.



OEA



Caio Marinho

Presidente da AJUFE, atualmente lotado na 1ª Relatoria da 1ª Turma Recursal do Amapá e do Pará - TRF1; Presidente da 1ª Turma e Coordenador das Turmas Recursais; foi Juiz Eleitoral substituto no Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE/PA, de junho de 2023 a junho de 2024; Coordenador Comitê de Gestão de Pessoas - TRF1, de 2019 a 2024; integrante do Centro Local de Inteligência da Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará; Coordenador dos Juizados Itinerante do Marajó, nos anos de 2018 e 2019; Juiz Instrutor do Superior Tribunal de Justiça - STJ, no período de junho de 2016 - 2018.



OEA



Carlos Vinícius
Alves Ribeiro

Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público;
Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da
Escola Superior do Ministério Público da União;
Promotor de Justiça; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direi-
to de Estado pela USP e em Democracia pela Universidade
de Coimbra; Professor no Mestrado no IDP.



OEA



Delaíde Miranda
Arantes

Ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Mestra em Direito, Estado e Constituição (UnB), Conselheira no CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), Ouvidora-Geral da Justiça do Trabalho TST/CSJT, Conselheira Consultiva da ENAMAT (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/FD/CNPq), da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA) e Secretária da JUTRA (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho) 2023/2024.



OEA



Dorotheo Barbosa
Neto

Natural de Guaxupé, Minas Gerais, Brasil, Dorotheo Barbosa Neto é bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Franca desde 2005, pós graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Estácio/CERS, Especialista em Gestão de Projetos e Gestão Pública pela Universidade Cruzeiro do Sul. É Juiz do Trabalho desde 2010. Já foi Juiz Auxiliar da Presidência, Precatórios, Execução e Conciliação do TRT-14, Gestor Regional e Nacional da Comissão Nacional da Efetividade da Execução Trabalhista, Coordenador Executivo do Laboratório de Tecnologia para Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no âmbito da Justiça do Trabalho. Desde 2020 é Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Programa Justiça 4.0.



OEA



Fernando Pessôa
da Silveira Mello

Doutor e Mestre em Direito. Especialista em Direito Público. Juiz Federal da Justiça Militar e Presidente da Associação dos Juizes Federais da Justiça Militar - AJUFEM. Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Ex-Procurador de Estado, ex-Servidor do Supremo Tribunal Federal - STF e ex-Servidor do Ministério Público Federal - MPF. Professor de cursos de pós-graduação *latu sensu*.



OEA



Georges Seigneur

Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para os biênios 2022-2024 e 2024-2026. Presidente do Grupo Nacional de Acompanhamento Processual do CNPG (2023-2024). Presidente do Grupo Nacional de Tecnologia da Informação do CNPG (2023-2024). Vice-Presidente do Ministério Público da União no CNPG (2023-2024). Ingressou no MPDFT em 2002, tendo exercido os cargos de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, Assessor de Políticas Institucionais, Assessor Parlamentar, Coordenador das Promotorias de Justiça do Paranoá e titular de diversas promotorias criminais, sendo hoje titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS).



OEA



Ilan Presser

É juiz federal da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins. Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo, com dissertação sobre o tema da Litigância Climática em Cortes Constitucionais. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo em programa de graduação sanduíche com a Universidade LMU, em Munique/Alemanha. Docente de Direito Ambiental em Escolas da Magistratura e cursos de pós-graduação.



OEA



Jean Michel Arrighi

Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Uruguai.

Professor de Direito Internacional Público na Universidade do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai.

Ministrou cursos em várias universidades na América e na Europa, incluindo a Hague Academy.

Entre muitas associações, é membro do "Institut de Droit International" e vice-presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional.

Autor de livros e artigos sobre direito internacional público, sendo o último desses livros "A OEA e o direito internacional", publicado no México em 2015. Foi Diretor Nacional de Comércio do Uruguai. Desde 1993, é assessor jurídico da Secretaria- Geral da OEA, onde ocupou o cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos desde 2008.



OEA



Karina Perilli

Especialista em Administração da Justiça (Universidade Nacional de Buenos Aires) Karina Rosario Perilli. Desembargadora da 3ª Câmara de Direito Penal Econômico do Tribunal Oral da cidade de Buenos Aires, República Argentina. Vice-presidente da AJUFE Argentina para a cidade de Buenos Aires.

Formada pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires. Desenvolveu sua carreira profissional no Juizado Penal Econômico da cidade de Buenos Aires, como juíza substituta responsável pelo Juizado Penal Tributário Nacional nº 2. Recebeu, junto com sua equipe de trabalho, o Prêmio FORES de Excelência Judicial 2006. Ademais, o Tribunal que preside atualmente recebeu a certificação internacional de gestão da qualidade pelas normas ISO 9001 em novembro de 2019. Especialista em Direito Penal (Universidade de Palermo) Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Museu Social Argentino).



OEA



Leandro de Matos
Coutinho

Mestre e doutorando em Direito Público pela UNESA. Advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 2002, com longa carreira executiva. Ex-presidente da Diretoria Executiva do Instituto Compliance Rio (ICRio) e atual presidente do Conselho Deliberativo do Instituto. Vice-presidente do Conselho Consultivo da Alliance for Integrity Brasil (2022 - 2024). Professor e palestrante em eventos nacionais e internacionais e autor do livro Compliance Anticorrupção, a Lei das Estatais e a Defesa do Estado Democrático de Direito, publicado pela Lumen Juris em 2018, além de diversos artigos em revistas e obras coletivas.




OEA



Leonardo Puntel

O Ministro Almirante de Esquadra Leonardo Puntel nasceu em 27 de novembro de 1958, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ingressou na Marinha do Brasil em 1973 no Colégio Naval, sendo declarado Guarda-Marinha em 1979 na Escola Naval. Foi promovido a Contra-Almirante em 31 de julho de 2009, a Vice-Almirante em 31 de março de 2013 e a Almirante de Esquadra em 25 de novembro de 2016. Em 2 de outubro de 2020, assumiu o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar e, desde 8 de abril de 2024, exerce, também, o cargo de Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União. Concluiu todos os cursos da carreira. Em 1994, foi selecionado para o Curso de Comando e Estado-Maior e, em 2004, participou do Curso de Política e Estratégia, ambos realizados na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro-RJ, com distinção, sendo o segundo curso que o qualificou para os títulos de Mestre e Doutor em Ciências Navais. Possui MBA em Gestão Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre suas numerosas funções e comissões na Marinha do Brasil, destacam-se: Comandante do Rebocador de Alto-Mar “Almirante Guilhem” e Comandante do Navio-Veleiro “Cisne Branco”; Comandante do Corpo de Aspirantes da Escola Naval, e em 3 de maio de 2012, assumiu a Diretoria de Ensino da Marinha;



fez parte do grupo de recebimento do Contratorpedeiro “Pará”, em San Diego, EUA, desde sua transferência, e de janeiro de 1999 a fevereiro de 2001, o Almirante de Esquadra Puntel atuou como Oficial de Ligação no Comando-em-Chefe da Esquadra do Atlântico da Marinha dos Estados Unidos da América (NorfolkEUA); em 2014, assumiu o Comando do 5º Distrito Naval e, em 2016, assumiu o Comando do 1º Distrito Naval; como Almirante de Esquadra, foi designado para ser Chefe de Logística e Mobilização e Chefe de Assuntos Estratégicos, do Ministério da Defesa; em 23 de abril de 2018, assumiu a Diretoria Geral de Navegação e, em 4 de abril de 2019, assumiu o cargo de Comandante de Operações Navais. No Comando do 1º Distrito Naval, na cidade do Rio de Janeiro, contribuiu para o planejamento e execução das Operações de Garantia da Lei e da Ordem durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Além disso, contribuiu para a consolidação do Serviço de Polícia Judiciária Militar, organização criada por determinação do Comando da Marinha, com o objetivo de instrumentalizar e tornar mais eficientes os procedimentos de investigação de crimes militares, proporcionando a melhoria da atividade pericial e investigativa na Força Naval. Ao exercer seus comandos, o Almirante de Esquadra Leonardo Puntel desempenhou as funções de Autoridade Policial Judiciária



OEA



Patrícia Carrijo

É titular 25ª Vara Cível da Comarca de Goiânia; é presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (ASMEGO) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Integra a Comissão do Senado para a Reforma do Código Civil, na subcomissão de Responsabilidade Civil.

É Doutoranda em Direito Civil pela Universidade Nove de Julho. Mestre em Responsabilidade Civil pela Universidade de Girona (Espanha) e pela Universidade de Gênova (Itália). Graduada em Direito pela PUC-GO e pós-graduada em Direito Processual Civil e Direito Público pela mesma universidade.



OEA



Paulo Gonet Branco

Paulo Gonet Branco é formado em Direito pela Universidade de Brasília (1982), mestre em Direitos Humanos Internacionais pela Universidade de Essex, no Reino Unido (1990) e doutor em Direito pela UnB (2008). Ingressou no Ministério Público Federal em 1987, tendo sido aprovado em 1º lugar. Em 2012, foi promovido por merecimento ao cargo de subprocurador-geral da República, último nível da carreira. Atuou como diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) entre 2020 e 2021, como vice-procurador-geral Eleitoral, de julho de 2021 a setembro de 2023, e procurador-geral eleitoral interino entre setembro e dezembro de 2023. Paulo Gonet é professor universitário há mais de 35 anos, com diversas publicações e artigos jurídicos, em especial Direito Constitucional, versando temas relacionados a direitos fundamentais, controle de constitucionalidade e estrutura do Estado.



OEA



Péricles Aurélio
Lima de Queiroz

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Marília/SP, em 1979. Possui Pós-Graduação Superior de Formação de Magistrado (1976-1977) e em Direito Internacional dos Conflitos Armados – DICA (2004-2005). Ocupou os cargos de Promotor de Justiça Militar, (1981-1993), Procurador de Justiça Militar (1993-1995), Subprocurador-Geral de Justiça Militar (1995-2016), Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar e Corregedor da Justiça Militar (2021-2023). Atualmente é Ministro do Superior Tribunal Militar e Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União.



OEA

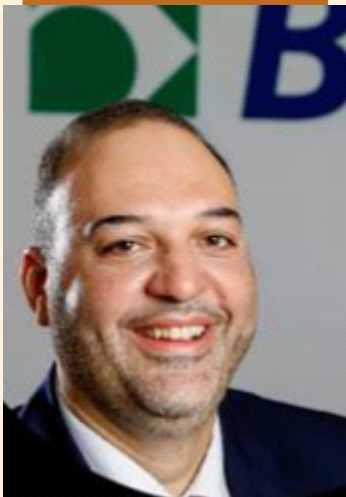


Tarcísio José Sousa
Bonfim

Tarcísio José Sousa Bonfim é brasileiro, maranhense, nascido aos 07 dias do mês de dezembro de 1973, na cidade de São Luís/Ma. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-graduação em Ciências Criminais pela UFSC; Pós-graduação em Direito Constitucional pelo UNICEUMA; Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 1999, onde passou pelas Promotorias de Justiça de Loreto, Icatu, Vitorino Freire, Cururupu, Balsas, João Lisboa e desde 2013, é titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís. 2º Vice-presidente da CONAMP no biênio 2018/2019; 1º Vice-presidente da CONAMP nos biênios; Presidente da CONAMP, biênio 2024/2026.



OEA

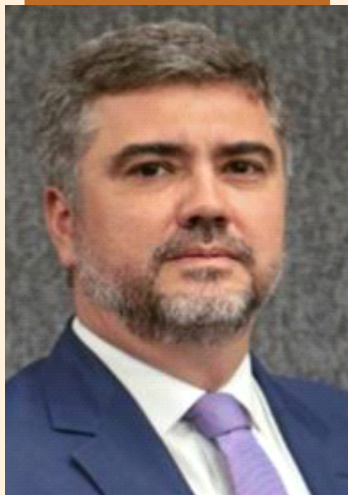


Walter Baere de
Araujo Filho

Procurador Federal, atualmente Diretor Jurídico do BNDES, ex-Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi responsável pela Coordenação-Geral de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, foi um dos Coordenadores na elaboração dos Projetos de Lei para a exploração e produção de petróleo e gás natural na província do Pré-Sal e responsável pela redação do Anteprojeto de Lei para o Setor de Mineração. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



OEA



**Valter Shuenquener
de Araújo**

Tem Doutorado em Direito Público pela UERJ, com pesquisa de doutoramento na Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Atualmente é Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ, Juiz Federal e está atuando em regime de cooperação na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário por indicação do Presidente do STF (2020-2022) e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) no CNMP. Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022), de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público por indicação do Supremo Tribunal Federal (biênios de 2015-2017 e 2018-2020), de Juiz Auxiliar e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (2011-2014), de Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral (2015), de Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001) e de Procurador Federal (2000).